



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

ATA DE REUNIÃO

Ata da 1ª Reunião Preparatória para a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), realizada em 07 de março de 2022, por meio de Videoconferência, utilizando a plataforma Microsoft Teams.

Aos sete dias do mês de março do ano de 2022, com início às quatorze horas, por meio de Videoconferência, foi realizada a 1ª Reunião Preparatória para a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), sob a presidência do Sr. **Nelson Vieira Fraga Filho**, Superintendente da Sudeco e Secretário-Executivo do Condel/Sudeco, secretariada pelo Sr. **Antônio César Lima da Conceição**, Diretor da Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos da Sudeco. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes: Sr. **Clécio da Silva Almeida Santos**, Coordenador-Geral de Gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento; Sr. **Kleber da Silva Bandeira**, Coordenador-Geral/Substituto; Sr. **Anderson Mendes Costa**, Coordenador-Geral de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional, de Investimentos e dos Incentivos Fiscais; Sra. **Ana Borges de Assis**, Coordenadora-Geral/Substituta, todos representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Sr. **Rodrigo Toledo Cabral Cota**, Diretor de Programa; Sr. **Hailton Madureira de Almeida**, Coordenador-Geral de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representantes do Ministério da Economia (ME); Sr. **José Medeiros Nicolau**, Secretário-Executivo Adjunto; Sra. **Marcelle Correa**, Assessora da Secretaria-Executiva, representantes do Ministério do Turismo (Mtur); Sr. **Wilson Vaz de Araújo**, Diretor do Departamento de Política de Financiamento ao Setor Agropecuário, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Sr. **Luiz Fernando Fauth**, Assessor da Secretaria-Executiva; Sr. **Carlos André Marques**, Diretor do Departamento de Estruturas para Viabilização Financeira/SEFIP, representantes do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI); Sr. **Jaime Elias Verruk**, Secretário/SEMAGRO; Sr. **Bruno Gouvea Bastos**, Superintendente/SEMAGRO; Sra. **Eli Sandra de S. Francisco**, representantes do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul (Gov/MS); Sr. **Anderson Martins Lombardi**, Técnico da SEDEC/MT; Sr. **Erlan Manoel de Almeida Junior**, Técnico da SEDEC/MT; Sr. **Cleiton Gimenes Paulo**, Técnico da SEDEC/MT, representantes de Mato Grosso (MT); Sra. **Cleoni Bortolli Salviano**, Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul (FTIMS); Sr. **Thalles Henrique Tomazelli**, Prefeito de Itaquiraí, Representante Titular da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL/MS); Sr. **César Augusto Sotkeviciene Moura**, Secretário de Estado da Retomada, Sr. **Donalvam Moreira da Costa Maia**, Superintendente de Produção Rural Sustentável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/GO), representantes do Governo do Estado de Goiás (Gov/GO). Sr. **Diones Alves Cerqueira**, Assessor da Presidência da Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA/DF); Sr. **Noé Lopes da Silva**, Chefe-Executivo de Acompanhamento de Assuntos Intergovernamentais de Gabinete/DF, Sra. **Cristina Barros Freyer**, Subsecretária de Captação de Recursos da SEEC/DF; Sr. **Luiz Fernandes Maia**, Coordenador de Planejamento Administrativo, Financeiro e Contábil da SEDEC/DF; Sr. **Joneides Fernandes da Silva**, Subsecretário de Micro e Pequenas Empresas da SEDEC/DF, representantes do Governo do Distrito Federal (GDF); Sr. **Sinval Alves da Mata Júnior**, Assessor; Sr. **Petrônio Moraes Santos**, Assessor; Sr. **Felipe Machado Neto**, Assessor; Sra. **Tatiane da Silva Domingos**, Assessora; Sra. **Gisele de Lourdes da Silva**, Assessora; Sra. **Adriana Teixeira Ferreira**, Assessora; Sr. **Tito Calvo Jachelli**, Assessor, representantes do Banco do Brasil S.A. Sra. **Franciane Soares do Nascimento**, Chefe

de Gabinete; Sra. **Luciana de Sousa Barros**, Coordenadora-Geral de Gestão de Fundos e Promoção de Investimento; Sr. **Roberto Postiglione de Assis Ferreira Junior**, Diretor de Administração; Sr. **João Balestra do Carmo Filho**, Diretor de Planejamento e Avaliação; Sra. **Maria Angélica Aben-Athar**, Ouvidora do FCO; Sr. **Jader Paulo Gonçalves Verdade Junior**, Coordenador do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); Sr. **João Paulo Batista Cabral**, Assessor Técnico; Sra. **Camila Girão de Moraes Barcelos** (Coordenadora/Gab) e Sra. **Suellen e Silva Vidal de Oliveira** (Chefe de Divisão/Gab). Sr. **Nelson Vieira Fraga Filho** (Superintendente da Sudeco e Presidente da Sessão) agradeceu aos participantes e pediu a confirmação e inclusão da frequência no chat, para fins de elaboração de ata. Em seguida, declarou aberta a 1ª Reunião Preparatória para a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Sr. **Antônio Cesar Lima da Conceição** (Secretário da Sessão) deu início à leitura da **Proposição n.º 01/2021 FDCO - Normativos**: Apresento, à consideração dos representantes do Conselho, nos termos do [Parecer Condel Sudeco n.º 14/2021, de 20.12.2021](#), a proposta da Secretaria-Executiva, feita por meio da [Minuta de Resolução do Condel n.º 124](#) e da [Minuta de Resolução do Condel n.º 125](#), no sentido de aprovar o Regulamento e os Critérios para aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) destinados ao apoio de atividades em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, de interesse do desenvolvimento regional (P&D). A palavra foi disponibilizada e, não havendo quem dela quisesse fazer uso, a proposição foi votada e aprovado o seu encaminhamento à deliberação do Condel/Sudeco). Sr. **Cesar Lima** (Secretário da Sessão) fez a leitura da **Proposição n.º 02/2022 Condel - Revisão Resoluções Condel/FCO**: Apresento, à consideração dos representantes do Conselho, nos termos da [Nota Técnica n.º 42/2022/CONDEL/SUDECO](#), de 09.02.2022, e da [Nota Técnica n.º 152/2022/CONDEL/SUDECO](#), de 23.02.2022, a proposta da Secretaria-Executiva, feita por meio da [Minuta de Resolução do Condel n.º 126](#) e da [Minuta de Resolução do Condel n.º 127](#), no sentido de revogar e atualizar as Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), regulamentado pelo Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto n.º 10.776, de 24 de agosto de 2021. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) explicou que a proposta surgiu pela necessidade de ajuste e revogação das resoluções pertencentes ao extinto CONDEL/FCO, nos termos do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto n.º 10.776, de 24 de agosto de 2021. Não houve quem quisesse fazer uso da palavra, então, a resolução foi votada e aprovada. Sr. **Cesar Lima** (Secretário da Sessão) fez a leitura da **Proposição n.º 03/2022 - FCO - Alteração Programação do FCO/2022**: Apresento, à consideração dos representantes do Conselho, a proposta da Organização das Cooperativas Brasileiras OCB/GO e da Federação das Cooperativas do Centro-Oeste e Tocantins, feita por meio do [e-mail de 11.11.2021](#) e do [e-mail de 08.02.2022](#), no sentido de elevar o teto dos financiamentos destinados às Cooperativas Agroindustriais localizadas na Região Centro-Oeste. O Sr. **Cesar Lima** (Secretário da Sessão) informou que as propostas são todas em relação ao item 7 (Assistência Máxima Permitida pelo Fundo) do Título III (Condições Gerais de Financiamento) da Programação FCO 2022, conforme as sugestões da OCB os financiamentos a serem concedidos às cooperativas agroindustriais, com matriz sediada na região Centro Oeste, ficariam limitados ao teto máximo de até R\$ 100 milhões, sendo que, em caráter de excepcionalidade, projetos considerados de alta relevância e estruturantes, definidos pelos CDE's, não impactariam nesse teto. Já na proposta da FECOOP, sugere-se que para as cooperativas agroindustriais em projetos considerados de alta relevância ou estruturantes e preferencialmente localizados nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como média renda, independentemente de seu dinamismo, um limite de \$ 400 mil (quatrocentos mil reais) por cooperado devidamente ativo, não sendo observado o limite do presente caput do item 7, todavia limitados anualmente à 20% dos recursos previstos para unidade da federação. O Secretário da Sessão concluiu que o desejo real das cooperativas é o de conseguir um teto maior de endividamento perante o FCO. Assim, apresentou a proposta da Secretaria-Executiva, a qual visa substituir o termo "assistência máxima global" por "assistência máxima anual", ressaltou a importância de estabelecer um limite de endividamento para as cooperativas, e a necessidade de revisar os itens 6, 7 e 8, do Título III (Condições Gerais de Financiamento) da Programação do FCO/2022. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) registrou que essa matéria há havia sido discutida em reuniões anteriores, nas quais ficou acordado, que as cooperativas juntamente com a equipe do FCO/Sudeco, MDR e Banco do Brasil, iriam elaborar uma nova minuta para futuro encaminhamento ao Condel/Sudeco. Sra. **Luciana Barros** (CGGFPI) alertou que por meio desse texto, abrir-se -ia uma alternativa de Assistência Anual Máxima, tanto para as cooperativas, quanto para as operações não rurais. Frisou ser necessário, também, uma revisão na Programação/FCO. Lembrou que, como se trata de teto de assistência máxima, o ideal é que o entendimento ficasse muito claro, já que o assunto excepcionalidade de teto é bem importante para todos os envolvidos. Sugeriu que deveria ser observada, ainda, a capacidade de cada Unidade da Federação, no sentido de unificar os procedimentos entre União e Estados. Sr. **Jáder Verdade** (CGGFPI) afirmou existir uma distorção no fundo de aplicação dos percentuais entre o rural e o não rural, pois embora a meta na programação seja de 50% para ambos, hoje mais de 70 % dos recursos do FCO estão sendo aplicados no setor rural, o que gera constantes questionamentos dos Órgãos de Controle. Recomendou cautela no tratamento da demanda das cooperativas, pois ao atendê-la haverá aumento nos percentuais para o setor rural, contradizendo os indicadores estabelecidos pelo próprio Condel. Destacou a necessidade de uma revisão mais completa das possibilidades de financiamento. Salientou ser fundamental a parceria entre os estados e os administradores do fundo, de forma que se faça uma revisão mais ampla do Título III (Condições Gerais de Financiamento) da Programação do FCO/2022,

dando nova redação aos itens 6,7 e 8 , a fim de que o assunto torne-se de fácil compreensão, pois a sua redação atual gera dúvidas e inseguranças na sua aplicação. Declarou que apesar da ansiedade dos governadores, seria importante fazer uma revisão que traga mais confiabilidade á aplicação dos recursos e mais benefícios tanto para o Setor Rural, como para o não rural proporcionando, assim, real equilíbrio à balança. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) ressaltou a necessidade de atenção aos conceitos individuais de empresas e cooperativas, em suas composições específicas e evidenciou a necessidade do procedimento de um estudo mais profundo, o qual oferecerá respostas mais adequadas aos questionamentos dos Órgãos de Controle e ao Tribunal de Contas da União. Sr. **Sinval Maia**(BB) destacou a preocupação do banco com alguns quesitos como: o Ticket Médio das Operações; os 50% dos investimentos a serem reservados ao Setor Empresarial; além de uma possível falta de recursos do fundo em caixa, dando especial destaque à Programação do FCO, num ano eleitoral. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) agradeceu o apoio dos estados, do Setor Produtivo e do MDR na discussão da minuta de encargos financeiros do Setor Empresarial, informando que a proposta ajustada já se encontra no Conselho Monetário Nacional (CMN). Sr. **Donalvan Maia**(GO) destacou que o risco maior para o tomador de recursos nesse momento, é a alta de juros. Sr.**Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) reafirmou a necessidade de todos se unirem na busca de uma nova redação que contemple o ticket médio, as faixas de fronteiras e os recursos da ride, mostrando a grande responsabilidade da qual todos devem assumir, na busca da reconstrução deste novo texto, de forma a assegurar o cumprimento das políticas públicas. Sr. **César Lima** (Secretário da Sessão) colocou sua Diretoria à disposição para receber as contribuições de todos, prometeu disponibilizar os textos trabalhados e demonstrou grande esperança na elaboração de um texto ideal. Sr. **César Moura** (GO) lamentou-se a respeito da demora na elaboração dessa redação relativa às cooperativas, tão cara aos governadores. Sr. **César Lima** (Secretário da Sessão) afirmou que o próprio Setor das Cooperativas contribuiu para tal delonga, tendo em vista que atrasou a entrega de suas manifestações. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) frisou que gostaria que a proposta já estivesse concluída, porém, seu encaminhamento, da forma que se encontra, ao Condel/Sudeco proporcionaria insegurança ao MDR e ao ME, entre outros órgãos envolvidos. Assim, a fim de evitar futuros pedidos de vistas, solicitou a contribuição de todos para reformulação da proposta. Prometeu agilidade em resolver o assunto, buscando, se necessário, até a publicação de um possível *ad referendum*. Sr. **César Lima** (Secretário da Sessão) fez a leitura dos **Assuntos de Ordem Geral - Item 1 Minuta de Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN)** - que trata sobre a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito com recursos dos Fundos de Desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) explicou que esse assunto segue a mesma linha da questão do alto impacto dos juros no fundo constitucional. Sr. **César Lima** (Secretário da Sessão) alertou que a ideia é que o FDCO tenha, também, a opção de taxa de juros prefixada. Sra. **Luciana Barros** (CGGFPI) frisou que, pelo fundo constitucional, essa oportunidade se refere exclusivamente às operações rurais e que, também, se busca esse benefício para o setor empresarial, que ora se encontra impactado pela pandemia e pela oscilação de taxas. Assinalou já ter apresentado uma minuta de Resolução junto ao MDR, discutida com o ME, que se traduz numa adaptação, a fim de tornar o fundo de desenvolvimento mais atrativo. Considerou que o FDCO possui algumas operações, nas quais trabalha-se mais a médio e o longo prazo, todavia, ainda é mais interessante trabalhar com uma taxa de juros prefixada, face à velocidade das mudanças ocorridas. Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) registrou a importância do assunto, já que as tratativas dos dois fundos se complementam, cabendo-nos a luta para buscar taxas mais ajustadas, já que aqui no Centro-Oeste temos poucos investimentos em infraestruturas via FCO. Acentuou que quando se olha para o norte e para o nordeste vê-se operações bem elevadas, com recursos do fundo constitucional, para investimento em infraestrutura , deixando-se de lado o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FDNE). Assim se o procedimento de ajuste for efetuado de forma a se conseguir fazer uma complementariedade deixar-se-ia o fundo constitucional efetivamente para o financiamento do Setor Produtivo. Concluiu-se ser esse o melhor caminho, até porque essa matéria não é de decisão do Condel/Sudeco, devendo a Sudeco submetê-lo ao ministro do MDR, para que seja por ele encaminhado ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Avisou que a Sudeco está se alinhando ao MDR e aos estados, a fim de que sejam feitas qualitativamente as alterações necessárias, lembrando que o texto está disponível no site. **Item 2 - Readequação da composição e do número de reuniões do Condel/Sudeco.** Sr. **Nelson Fraga** (Presidente da Sessão) falou da necessidade de readequar a composição do conselho a fim de atingir a paridade legalmente exigida. Uma das alternativas, seria incluir os representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; do Ministério do Turismo; e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como membros permanentes na composição do Colegiado. Também, propôs que fosse reavaliada a participação das Organizações não Governamentais (ONG's) dado que, são instituições criadas sem ajuda ou vínculos com o Governo, geralmente de fundo social e sem fins lucrativos, caracterizadas por ações de solidariedade às políticas públicas. Sugeriu que poderia substituir a representação de uma ONG por mais um representante de classe empresarial, sem alteração da paridade, bem como revisar os representantes da classe de trabalhadores, que, também, tem tido pouca participação nas reuniões do Condel/Sudeco. Pediu o empenho de todos nesse trabalho, a fim deque seja feita uma composição de qualidade, visando atingir o compromisso já assumido, com profícua participação de todos nas reuniões. Reafirmou a conveniência de modificação do atual regimento, revendo, também, o número de reuniões do Colegiado, hoje previstas para ocorrência trimestral o que nem sempre acontece, visto a decorrência de falta de pauta, o que gera

Link do Áudio: [Reunião Preparatória](#).

Secretário da Sessão

Presidente da Sessão

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Cesar Lima da Conceição, Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos**, em 14/04/2022, às 17:23, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente**, em 19/04/2022, às 17:24, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0288840** e o código CRC **4ED1FB52**.